



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado**

L864d Lopes, Jaine Henrique Lopes.

Deficiência intelectual: intervenções pedagógicas para crianças com deficiência intelectual [recurso eletrônico] / Jaine Henrique Lopes, Myllena Rhuane Nunes Leite Brito. – Cabedelo, PB: [s.n.], 2022.

21 p.

Orientador: Prof^a. Esp. Edna Soares da Silva. Artigo (Graduação em Pedagogia) – UNIESP Centro Universitário.

1. Educação infantil. 2. Deficiência intelectual. 3. Intervenções pedagógicas. I. Título. II. Brito, Myllena Rhuane Nunes Leite.

CDU: 37



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Jaine Henrique Lopes - IESP - (alvesjayne54@gmail.com),

Myllena Rhuane Nunes Leite Brito - IESP - (Myllena.leite7@hotmail.com)

RESUMO

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais. Essas habilidades estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento, entre outras. A inteligência é avaliada por meio do Quociente de Inteligência (QI) obtido por testes padronizados. O resultado de uma pessoa com Transtorno de Desenvolvimento Intelectual nessa avaliação situa-se em 75 ou menos. A prevalência é maior no sexo masculino, tanto nas populações de adultos quanto de crianças e adolescentes. As taxas variam conforme a renda. A maior prevalência ocorre em países de baixa e média renda onde as taxas são quase duas vezes maiores que nos países de alta renda. O presente estudo tem por objetivo entender, A pessoa com Deficiência Intelectual deve receber acompanhamento médico e estímulo. As limitações podem ser superadas por meio da estimulação sistemática do desenvolvimento, adequações em situações pessoais, escolares, profissionais e sociais, além de oportunidades de inclusão social.

Palavras-chave: Deficiência intelectual.Desenvolvimento.Estímulos.

ABSTRACT

Intellectual disability is characterized by limitations in general mental abilities. These skills are linked to intelligence, activities that involve reasoning, problem solving and planning, among others. Intelligence is evaluated through the Intelligence Quotient (IQ) obtained by standardized tests. A person with Intellectual Developmental Disorder scores on this assessment of 75 or less. The prevalence is higher in males, both in adult populations and in children and adolescents. Fees vary by income. The highest prevalence occurs in low- and middle-income countries where rates are almost twice as high as in high-income countries. The present study aims to understand, The person with Intellectual Disabilities must receive medical follow-up and stimuli, Limitations can be overcome through systematic stimulation of development, adaptations in personal, school, professional and social situations, in addition to opportunities for social inclusion.

Keywords: Intellectual disability.Development.Stimuli.

1 INTRODUÇÃO



Acredita-se que a deficiência intelectual não está dada apenas por fatores biológicos, Mas é uma categoria historicamente construída, englobando tanto os referidos fatores biológicos como os preconceitos do impacto dos usos e dos abusos de termos e de ideias que são Produzidos socialmente. Daí a importância da escola na vida desses sujeitos para não somente propiciar o desenvolvimento de habilidades como também desfazer esses equívocos que impedem a inserção social.

Para Vygotsky, a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural pautado nas interações entre homens e meio. Ou seja, os aspectos biológicos não são determinantes. Segundo ele, o desenvolvimento de qualquer pessoa, tenha ela deficiência ou não, depende das oportunidades de aprendizagem e das relações que estabelece. Vale mencionar que o estudioso dedicou boa parte de sua vida à observação e à educação de crianças com deficiência, principalmente intelectual.

As dificuldades que as crianças com deficiência intelectual podem ter, é encarada pelos professores e pais com muita segurança e determinação durante o ensino. Para se assegurar nos tipos de dificuldades apresentada ambos devem conhecer a deficiência. O maior desafio da inclusão da aprendizagem ao deficiente intelectual na unidade escolar é o atendimento especializado. Constitui um impasse pela complexidade e variedades de abordagens de ensino, provocando inúmeras transformações que são necessárias para desafiar o aluno portador e estas, transformam a escola num lugar cheio de proporções para o ensino concreto.

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. Nesta perspectiva todo o indivíduo tem direito a ser incluído na escola e na sociedade, pois na atualidade as diferenças são bem mais aceitas do que no início da história da humanidade, onde ter um deficiente na família era vergonhoso e até mesmo considerado um castigo divino.

Hoje incluir é acima de tudo aceitar. Para incluir é preciso em primeiro lugar aceitar, amar e buscar desenvolver aquele aluno, respeitando suas limitações, mas sempre buscando integrá-lo. Tarefa que exige do educador um esforço extra, pois ele tem na maioria das vezes uma sala superlotada e deve trabalhar com todos de forma harmônica e eficaz, buscando a construção do conhecimento e a participação de forma ativa do processo de aprender a aprender. Diante disso, Rodrigues (2005) acrescenta que a educação especial, exige que o professor domine um conjunto de tecnologias e conhecimentos a fim de possibilitar a qualquer aluno, independentemente de sua condição aprendizagens efetivas. É preciso que ao trabalhar



com o aluno portador de deficiência mental a escola não se atente apenas para os aspectos de sua deficiência, suas limitações e incapacidades, mas leve em conta suas potencialidades e aptidões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O movimento de inclusão surgiu no Brasil na década de 80 sendo incrementada em 90, esse movimento prega a restauração da escola, ou melhor, do sistema de ensino como um todo e da própria sociedade visando atender a diversidade seja ela intelectual, racial, cultural, de gênero etc. Em 1996 foi organizada a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei que traz inovações tanto para a educação geral quanto a especial, permeando a inclusão dos alunos com necessidades especiais e ampliação de oportunidades. A inclusão prepondera o modelo social da deficiência que concebe os problemas dos deficientes como determinados socialmente, uma vez que é a própria sociedade que cria problemas para as pessoas com deficiência, causando-lhes desvantagem no desempenho dos papéis sociais.

O conceito de inclusão não tem em conta só o aluno, mas também a modificação de seus ambientes de aprendizagem. Mas temos que pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativos, planejados e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade. (Bueno,1998).

A escola assume um papel fundamental, em que se destaca sua função educativa, que vai muito além da formação acadêmica, pois implica a formação moral, ética, estética e política. Os princípios da educação inclusiva estão intrinsecamente relacionados com este papel mais formativo e ético da escola, que busca incentivar a cidadania das crianças, dentre eles, Sasaki(1997, p.17) destaca “Celebração das diferenças; Direito de pertencer; Valorização da diversidade humana; Solidariedade humanitária; Igual importância das minorias; Cidadania com qualidade de vida.”

Para construir um sistema educacional inclusivo, é fundamental que todos os que dirigem e atuam no sistema de ensino, bem como os pais e a comunidade na qual se encontra cada unidade escolar, sejam sensibilizados e preparados para estas mudanças, a fim de que os comportamentos de rejeição e de superproteção à diferença sejam desvelados, discutidos,



compreendidos e modificados, inclusive como parte da ação educativa da escola, que é formar cidadão ativos, conscientes críticos e responsáveis (Brasil, 2000).

A deficiência intelectual até o século XVIII era confundida com doença mental e tratada pela medicina por meio da institucionalização que se caracterizava pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem. A partir do século XIX, passou-se a levar em conta as potencialidades da pessoa que apresentava algum tipo de deficiência, e aos poucos estudiosos da área de pedagogia envolveram-se com a questão e realizaram as primeiras intervenções educacionais.

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...], pois tais escolas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (UNESCO, 1994, p. 8-9)

A deficiência intelectual não é um transtorno médico, nem um transtorno mental, embora pode ser codificada em uma classificação de ambas, também não é uma condição estática e permanente. É um transtorno de desenvolvimento que faz com que o indivíduo tenha um nível cognitivo e comportamental muito abaixo do que é esperado para a sua idade cronológica. “A teoria piagetiana aponta para a troca do organismo com o meio através da ação, física e mental. A inteligência é então definida como processo dinâmico de ação executada entre objeto e sujeito.” (PAN, 2008, p. 67).

As causas que levam ao transtorno são variadas, no entanto fatores genéticos costumam ser os principais responsáveis por essa condição, além do cognitivo, biológico, psíquico, afetivo e o social.

O Instituto Inclusão Brasil, estima que 87% das crianças brasileiras com algum tipo de deficiência intelectual tem mais dificuldades na aprendizagem escolar e na aquisição de novas competências, se comparando a crianças sem deficiência. Sendo assim, Vygotsky (2010), entende que o desenvolvimento humano é um processo sócio histórico, construído nas inter-relações estabelecidas entre o sujeito e seu contexto e que, a construção do conhecimento se dá pela mediação de outros sujeitos.

O “outro social” pode apresentar-se por meio de objetos, da organização do ambiente, do professor e do mundo cultural que rodeia o aluno. Torna-se muito complexo para o professor e para a escola, realizar uma intervenção adequada, sem que haja anteriormente uma avaliação que identifique com



segurança as origens e as causas da não aprendizagem, nesses casos, o ideal é chegar-se à identificação das necessidades educacionais, mediante avaliação no contexto escolar. De acordo com Dockrell e Mcshane (2000, p.33).

(...) a avaliação é um processo de coleta de informação para um objetivo específico. Trata-se de um processo de direcionamento de tomada de decisões sobre uma criança, identificando seu perfil de potencialidades e necessidades. (...) deve estar voltada para as hipóteses levantadas e essas hipóteses devem ser baseadas na compreensão da criança e dos componentes cognitivos das dificuldades de aprendizagem, bem como da análise do meio onde a criança aprende naquele momento.

O aluno com deficiência intelectual (DI), assim como qualquer criança, deve pertencer ao ambiente escolar, a escola deve proporcionar a esta, uma educação voltada as suas habilidades e não exaltar as suas dificuldades. Sabe-se que para seu aprendizado se concretizar deve-se dar a ela um "tempo maior" oferecendo atividades ricas e que o levem a construir seu conhecimento.

As leis que regem o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual são as mesmas que regem o desenvolvimento das demais pessoas. Aspecto este também presente nos processos educacionais (VYGOSTKY, 2003). Ao analisar o tema, é necessário desarmar-se dos preconceitos, tendo como exemplo o pensamento de Vigotsky (1995) apud Mittler (2003, p. 47) “É preciso ter uma visão positiva da deficiência, pois uma criança deficiente não é uma criança defeituosa”.

Importante saber que uma pessoa com deficiência intelectual apresenta dificuldades para resolver problemas que surgem no cotidiano, assim como estabelecer interação social, seguir regras, cumprir com seus compromissos e entender ideias abstratas. Isso significa que a criança nessa situação deve ter um profissional que estabeleça uma relação pedagógica de muita atenção para suprir sua necessidade. “Um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício.” (ZABALA,1998,p.13). Quando se para pra pensar a prática pedagógica na inclusão de alunos com deficiência intelectual na escola regular, Rubens Alves (2004), em seu livro, “O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender”, que conduz-se na compreensão de que se destina a apoiar os alunos com deficiência no sistema geral de ensino e, portanto, “martela” uma prática que acolhe e apoia a diversidade de todos os alunos.



Este pensar vem carregado de questionamentos, de conflitos, medos e inseguranças. Já se sabe que não basta colocar os alunos na escola regular, é preciso através de recursos e de processos metodológicos, responder às necessidades educacionais que cada aluno apresenta.

A partir da concepção de homem como ser social, que se constrói na relação com outros homens, faz-se necessário pensar nas formas de relacionamento com as pessoas com deficiência como algo que deve ser perseguido e buscado incansavelmente, pois já não mais se pode prescindir da convivência/interação de todas as pessoas na amplitude da vida social. (ROSSETO, IACONO e ZANETTI, 2006, p. 105).

Alguns estudos defendem a inclusão integral do aluno com deficiência, já que sua presença no ensino regular deixará evidente as necessidades de adequação e que não será admissível vislumbrar um cenário da realidade da escola inclusiva sem a presença da criança com necessidade educativa especial, desde a educação infantil, no dia-a-dia da prática pedagógica onde e quando se dão as trocas sociais e afetivas entre seus pares e o professor. Segundo Rosseto, Iacono e Zanetti (2006, p.105).

A partir da concepção de homem como ser social, que se constrói na relação com outros homens, faz-se necessário pensar nas formas de relacionamento com as pessoas com deficiência como algo que deve ser perseguido e buscado incansavelmente, pois já não mais se pode prescindir da convivência/interação de todas as pessoas na amplitude da vida social.

Promover a inclusão, não é exclusivamente admitir que o aluno com deficiência esteja matriculado no ensino comum, mas sim garantir que lhe sejam proporcionadas condições de aprendizagem e de viabilização, como por exemplo a acessibilidade que pode ser definida como a condição de ingresso e uso de determinado lugar.

O Decreto Federal 5296/2004 define acessibilidade como condição para emprego, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (ROSA e ANDRÉ, 2006).

Deste modo, pode-se narrar que ao se analisar a legislação educacional brasileira, no que tange as políticas de inclusão, percebe-se um movimento de concordância com uma linha inclusiva de educação ao defender que a pessoa com deficiência deve estar na escola comum,



mas sabe-se que a problemática da inclusão vai além do que indica os documentos oficiais que fundamentam as diretrizes educativas.

Sabe-se que inúmeras são as dificuldades para que a política de inclusão se torne fato na prática do dia-a-dia das escolas e que a inclusão no ensino comum deve ganhar cada vez mais forças, não se principia e nem se finda em períodos estanques, mas constitui-se ao longo do tempo e depende de múltiplos fatores. Fatores estes que estão ligados à sociedade, como por exemplo, eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com deficiência tenham acesso a serviços, espaços, informações e bens imprescindíveis a seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. De acordo com Rosa e André (2006).

Todas as pessoas têm características particulares que as tornam díspares umas das outras. As pessoas com deficiência igualmente são diferentes, mas não mais do que qualquer cidadão. A única diferença é a de ser mais aparente. Todas as pessoas têm direitos e deveres perante a sociedade, independentemente de sua genealogia, cor, fé, religião, língua, sexo, deficiência e condição social.

Quando se tem um aluno com DI em sala de aula, a melhor coisa a ser feita é tentar identificar qual a sua maior dificuldade para que as iniciativas sejam tomadas de forma significativa. É interessante que os educadores usem exemplos concretos na exposição da matéria e dos exercícios, principalmente com aplicação no cotidiano da criança, quanto mais diversificadas e adequadas as diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras para a sua aprendizagem. O planejamento é o fio condutor do processo de ensino aprendizagem, é nele que os objetivos são articulados as estratégias, ou seja, é por meio dele que as práticas educacionais tornam-se adequadas as reais necessidades dos alunos.

É fundamental para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula, que o aluno sintase aceito, fazendo parte do contexto, participando de todos os momentos oferecidos nas aulas, “A escola é o espaço que lhes confere oportunidades de viver dignamente.” (MANTOAN, 2006, p. 198). Em uma sociedade cada vez mais capitalista em que a preocupação é com o ter e não o ser, pessoas que se enquadram como diferentes tem espaço cada vez menor, em todos os âmbitos. A palavra cidadão diz respeito à pessoa que goza de direitos civis e políticos entre outras denominações, o fato de uma pessoa possuir alguma deficiência, não é falar para desconsiderá-la como tal, o árduo trabalho de se refletir sobre os direitos do deficiente, inclusive



à educação, é uma tarefa que requer persistência e perseverança, rumo a uma sociedade mais justa e evoluída, que respeite as diversidades.

Muitos são os discursos sobre a deficiência, seja ela qual for, geralmente falando da necessidade de inclusão de pessoas com estas características, no entanto pouco se fala sobre a compreensão dessas diferenças, pois um indivíduo com deficiência muitas vezes só se sente acolhido em seu ambiente familiar, em que a convivência e aceitação acabam por extinguir toda forma de exclusão. Porém estas pessoas próximas até de forma inconsciente, não contribuem para a inserção da pessoa com deficiência, isolando-a do mundo e superprotegendo, o que limita seu processo de interação com o outro. Yus (2002, p. 34), fala sobre inclusão ressaltando que:

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo. É importante lembrar que a deficiência não deve ser encarada com manifestação de pena ou considerá-la como incapaz deixando-a estagnada a realizar outra atividade diversa das desenvolvidas pelos outros alunos.

Então, para o deficiente intelectual ter sucesso em seu processo ensino-aprendizagem ele deve ser estimulado, amado, aceito, tratado com igualdade, tendo o professor como mediador de suas aprendizagens, pois apesar de levar mais tempo para aprender é capaz de adquirir habilidades intelectuais e sociais. A valorização das diferenças e o respeito à diversidade trazem consequências positivas para todos, pois desta forma a escola está assumindo o compromisso com a transformação social, cultural e pedagógica.

Assim, agrupar alunos com deficiência intelectual com outros de idade cronológica inferior ou com o “mesmo nível de desenvolvimento”, ou relegá-los a atividades paralelas “mais simples”, ou, ainda, reduzir o tempo de permanência em sala de aula, sob a alegação de que não são capazes de acompanhar o restante do grupo, é exatamente o oposto do que deveria ser feito. A realidade é que essas crianças com deficiência, são como qualquer outra criança, querem brincar, falar, abraçar, ouvir histórias, fazer amigos, mas como qualquer outra criança, apresentam dificuldades escolares e possuem seus próprios desafios. Esses desafios e dificuldades podem ser decorrentes da própria deficiência em si, ou ainda das limitações e privações causadas pela deficiência ou por crenças limitantes da família da criança em relação a suas possibilidades.



Conclui-se, que a inclusão ainda enfrenta barreiras e tem um longo caminho a percorrer, mas o importante é que a escola seja um local onde as diferenças enriqueçam o trabalho, onde os limites e possibilidades de cada um sejam respeitados e valorizados.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa integrativa foi realizada por meio de revisão da literatura utilizando a Plataforma sumários, em busca de trabalhos somente em língua portuguesa. A coleta de dados foi realizada em 15 de dezembro de 2021, utilizou-se primeiramente a busca exata a partir do descritor alunos and deficiência intelectual, que foram encontrados 50 artigos dos quais apenas 10 foram selecionados por se tratar exclusivamente do tema em questão, utilizando o critério de exclusão os artigos que não faziam relação direta com o título. Em seguida criamos alguns parâmetros para organizar os 10 artigos resultados dispostos na tabela na seção a seguir.

Autor e Ano	Título do artigo científico	Objetivo do estudo	Método: tipo de estudo/local/população/amostra tipo de estudo:	Conclusão
1. Autor: Telma Urel Carbone Carneiro; Maria Carolina Branco Costa; Ano: 2017	Tecnologias e deficiências intelectual: Práticas pedagógicas para inclusão.	Investigar a relação de ações pedagógicas permeadas pelo uso de tecnologia e o processo do desenvolvimento e aprendizagem significativa de estudantes com deficiência intelectual.	Utilizou-se da abordagem qualitativa e teve como procedimento metodológico a pesquisa-ação. local: São Paulo população: um grupo de dezoito estudantes, de faixa etária compreendida entre 9 e 60 anos. amostra: Não tem	Entende-se que a tecnologia deve ser utilizada a serviço da emancipação do sujeito e expandida a todos os setores sociais, atendendo à diversidade de estudantes, em suas mais variadas condições, sociais e intelectuais. A real inserção dos sujeitos em uma sociedade se inicia pelos processos educativos e, neste sentido, defende-se que a educação emancipadora precisa ser mediada e, sobretudo, democratizada.



<p>2. Autor: Larissa Guadagnini ; Márcia Duarte; Ano: 2015</p>	<p>Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas.</p>	<p>Analisar o relato dos professores da sala regular e da Educação Especial, em relação à adaptação curricular para os alunos com deficiência intelectual.</p>	<p>Tipo de estudo: Elaborado um modelo de questionário com questões abertas e fechadas. Local: São Paulo População: 18 professores Amostra: Não tem</p>	<p>Os professores confirmam a importância da adaptação curricular no ensino dos alunos com deficiência intelectual, mas não têm clareza da definição do conceito e da utilização de recursos e estratégias adaptadas para favorecer a aprendizagem desses alunos. Todavia, os dados revelaram a necessidade de os professores compartilharem de uma visão mais ampla do como fazer adaptação dos conteúdos escolares. Os dados indicaram, também, a necessidade de programas direcionados à formação dos professores para atuarem na elaboração de adaptação curricular junto aos alunos com deficiência intelectual. Em relação à visão do professor do ensino regular e da Educação Especial sobre o conceito de adaptação curricular constatou-se que a os professores não sabem o que é currículo adaptado e como proceder em relação a ele.</p>
<p>3. Autor: Annie Gomes Redig;</p>	<p>Atendimento educacional Especializado para alunos com deficiência.</p>	<p>Utilizar tecnologia assistiva e disponibilizar programas de enriquecimento curricular</p>	<p>tipo de estudo: Bibliográfica local: sites Rio de Janeiro</p>	<p>O estudo mostrou que é importante que o professor especializado em Educação Especial compartilhe seu conhecimento, colaborando com o professor da turma regular para que este desenvolva, através do trabalho diversificado,</p>



<p>Maria Lúcia R. Monteiro da Cruz</p> <p>Ano: 2011</p>	<p>Intelectual</p>	<p>Ensinar linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização.</p>	<p>população: Não tem</p> <p>amostra: Não tem</p>	<p>atividades que se caracterizarão como recursos de acessibilidade ao currículo, favorecendo o desenvolvimento das funções cognitivas do aluno com deficiência intelectual</p>
--------------------------------------------------------------------------------	--------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



4. Autor: Edna Leandro da Silva; Nelson dias; Ano: 2019	Alfabetização alunos com deficiência intelectual a partir metodologias ativas	Revisar a literatura disponível acerca das Possibilidades metodológicas para alfabetização de estudantes com deficiência Intelectual. Nessa perspectiva as metodologias ativas se apresentam como possibilidades Flexíveis para adaptações nesse processo.	tipo de estudo: pesquisa de cunho exploratório. local: Mato Grosso do Sul população: Não tem amostra: Não tem	Pôde-se verificar que as crianças da APAE-PG apresentaram um atraso em termos de desenvolvimento motor para a idade correspondente, uma vez que foi observada diferença significativa entre a idade cronológica e a idade motora estimada pela bateria de testes. Observou-se, também, que os meninos apresentaram um desempenho significativamente maior do que as meninas em ambos os subtestes (locomção e controle de objetos).
5. Autor:	Áudio descrição	Tem como	tipo de estudo: Pesquisa	Compreendeu-se que as



<p>Bárbara Dias dos Santos Carneiro;</p> <p>Ano: 2020</p>	<p>Para as pessoas com deficiência intelectual.</p>	<p>objetivo de coletar dados que pudessem expor tais lacunas e, dessa forma, entender como um roteiro de audiodescrição poderia ser mais eficaz à essa nova audiência, baseando-se na concepção de que audiodescrição é uma forma de tradução, que traduz imagens em palavras.</p>	<p>Qualitativa</p> <p>local: Salvador e São Paulo</p> <p>população: 12 alunos das APAEs</p> <p>amostra: Não tem</p>	<p>A audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução audiovisual de natureza Intersemiótica que visa tornar acessíveis produtos e atividades culturais de comunicação e de informação a pessoas com deficiência. A AD tem como público primário as pessoas com deficiência visual, sendo que a maioria das pesquisas feitas na área voltadas para as Necessidades dessa audiência em específico.</p>
<p>6. Autor:</p> <p>Rodrigo Ribeiro dos Santos;</p> <p>Patrícia Carla da Hora Correria;</p> <p>Ano: 2020</p>	<p>O uso dos jogos Cooperativos como Estratégia pedagógica Na inclusão de alunos Com deficiência Intelectual.</p>	<p>buscou-se compreender como os Jogos Cooperativos contribuem para inclusão de alunos com deficiência intelectual nas aulas de Educação Física em uma Escola Municipal de Salvador-BA.</p>	<p>tipo de estudo: pesquisa-ação</p> <p>local: Bahia</p> <p>população: Estudantes do 4º ano</p> <p>amostra: Não tem</p>	<p>O movimento de educação inclusiva tem como propósito a construção de uma escola democrática, na qual as necessidades específicas de cada aluno sejam contempladas nos planejamentos pedagógicos, e a diversidade seja reconhecida e valorizada como uma característica intrínseca de cada sujeito.</p>



7. Autor: Rosângela	Tangram: uma proposta	Tem como objetivo relatar a	tipo de estudo: Pesquisa	A deficiência intelectual

Pimenta de Sousa; Alcione Marques Fernandes; Ano: 2015	Para o ensino de porcentagem a alunos com deficiência intelectual.	demonstrar, analisar selecionar práticas pedagógicas de adaptação e flexibilização nos conteúdos de porcentagens, práticas essas que possam surtir efeito para alunos com deficiência intelectual na sala de aula.	Foram aplicadas questões de vários níveis de dificuldades, enfatizando os conceitos de polígonos. local: Gurupi população: primeiras séries do ensino médio amostra: Não tem	De crianças e adolescentes foi tratada de maneira bastante peculiar na escola, historicamente a tendência foi em categorizar como deficiente intelectual os alunos que fugiam dos padrões esperados, principalmente no que diz respeito a padrões de inteligência e desempenho acadêmico.
-------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



8. Autor: Fabrícia Zenelato; Jeanes Martins Larchert; Ano: 2019	Psicopedagogia e a criança com deficiência intelectual.	Apresentar a experiência da psicopedagoga no atendimento de alunos com deficiência intelectual matriculados na rede pública do Município de Eunápolis.	tipo de estudo: Realizou-se a elaboração do PDI Plano de Desenvolvimento Individual, onde foram traçadas as metas e procedimentos local: Eunápolis/Bahia população: Crianças amostra: Não tem	Ao concluir as observações foi possível constatar que esses alunos, quando submetidos a um acompanhamento psicopedagógico e multidisciplinar, além da mediação pedagógica planejada e flexibilizada, eles demonstravam interesse pelos conteúdos ministrados em sala de aula e, com isso, melhoram seu relacionamento com os colegas e professores, de tal forma que se tornavam mais independentes e estimulados a participarem das atividades propostas em sala de aula.



<p>9. Autor:</p> <p>Lorena Araújo Simões; Natália Aparecida Brito Castilho; Lillian Gonçalves de Melo;</p> <p>Ano: 2020</p>	<p>Educação e diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual.</p>	<p>Compreender a concepção de alguns professores sobre os paradoxos da inclusão, como foco para a inclusão da criança síndrome de Down na educação básica. Como objetivos específicos: descrever as concepções dos professores sobre a inclusão de alunos especiais no ensino regular, com foco para crianças com deficiência intelectual; discutir os desafios dos professores ao lidar com a inclusão escolar.</p>	<p>tipo de estudo: Pesquisa de caráter bibliográfico e descritivo, além de uma pesquisa de campo.</p> <p>local: Januária- MG</p> <p>população: Não tem</p> <p>amostra: Não tem</p>	<p>Pode-se perceber que as escolas estão se adaptando e os professores estão em constante aperfeiçoamento para atender os alunos com algum tipo de deficiência. Além disso, identifica-se que o ensino aprendido dos alunos com síndrome de Down é possível, pois eles são capazes de aprender, basta apenas adequar os métodos de ensino a especificidades dos educandos. Ainda falta muito investimento na educação para que seja alcançada uma educação de qualidade.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



10. Autor: Leandro Martinez Vargas; Gustavo Luis Gutierrez; José Irineu Gorla; Ano: 2020	Desempenho das habilidades motoras de crianças com deficiência intelectual	Analisar o desempenho das habilidades motoras fundamentais (locomoção e controle de objetos) de crianças de 7 a 12 anos com deficiência intelectual.	tipo de estudo: De caráter transversal, com uma abordagem quantitativa e exploratória. local: Ponta Grossa, Paraná população: Participaram do estudo 57 alunos com deficiência intelectual, de ambos os gêneros, com idade entre 7 e 12 anos. amostra: Não tem	Pôde-se verificar que as crianças da APAE-PG apresentaram um atraso em termos de desenvolvimento motor para a idade correspondente, uma vez que foi observada diferença significativa entre a idade cronológica e a idade motora estimada pela bateria de testes. Observou-se, também, que os meninos apresentaram um desempenho significativamente maior do que as meninas em ambos os subtestes (locomoção e controle de objetos).
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste tópico serão abordados os resultados e discussões com base na revisão da literatura, do qual observamos diversos apontamentos e questionamentos acerca do tema deficiência intelectual: Intervenções pedagógicas para crianças com deficiência intelectual.

No artigo tecnologias e deficiência intelectual, entende-se que a tecnologia deve ser utilizada a serviço da emancipação do sujeito e expandida a todos os setores sociais, atendendo à diversidade de estudantes, em suas mais variadas condições, sociais e intelectuais. A real inserção dos sujeitos em uma sociedade se inicia pelos processos educativos e, neste sentido, defende-se que a educação emancipadora precisa ser mediada e, sobretudo, democratizada. Assim ressaltam Carneiro e Silva Para além das matrículas é fundamental pensar em estratégias que efetivem a permanência e participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares, dado que apesar de ter muitas recomendações nos documentos legais referentes a Educação Especial/Inclusão Escolar, o professor na prática se vê cercado de incertezas, o que muitas vezes o impede de adotar uma didática diferenciada com vistas a empoderar o aluno com deficiência no seu aprendizado acadêmico. (2016, p. 938)



No artigo Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas os professores confirmam a importância da adaptação curricular no ensino dos alunos com deficiência intelectual, mas não têm clareza da definição do conceito e da utilização de recursos e estratégias adaptadas para favorecer a aprendizagem desses alunos. Todavia, os dados revelaram a necessidade de os professores compartilharem de uma visão mais ampla do como fazer adaptação dos conteúdos escolares. Os dados indicaram, também, a necessidade de programas direcionados à formação dos professores para atuarem na elaboração de adaptação curricular junto aos alunos com deficiência intelectual. Em relação à visão do professor do ensino regular e da Educação Especial sobre o conceito de adaptação curricular constatou-se que a os professores não sabem o que é currículo adaptado e como proceder em relação a ele. O estudo de Duarte (2008) apontou que os alunos com deficiência intelectual necessitam de um maior tempo para a realização das tarefas e ensino individualizado, bem como mudança na forma de transmitir os conteúdos curriculares.

No artigo Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, o estudo mostrou que é importante que o professor Especializado em Educação Especial compartilhe seu conhecimento, colaborando com o Professor da turma regular para que este desenvolva, através do trabalho diversificado atividades que se caracterizarão como recursos de acessibilidade ao currículo, favorecendo o Desenvolvimento das funções cognitivas do aluno com deficiência intelectual. Devido às características do aluno com deficiência mental, é importante que O professor se disponha a “pensar junto”, ou seja, através da observação, do Questionamento, procurar compreender como o aluno está pensando a escrita, para, Através de situações desafiadoras, provocar o desequilíbrio, favorecendo a Aprendizagem. (CRUZ, 2004).

No artigo alfabetização de alunos com deficiência intelectual a partir de metodologias ativas, as Técnicas e metodologias tradicionais não são mais suficientes para um trabalho pedagógico eficaz para o ensino da linguagem escrita. Para estudantes com deficiência intelectual. Nessa perspectiva, as metodologias ativas surgem como possibilidades estratégicas de metodologias e técnicas para esse processo. Como explica (BERGMANN; SAMS. 2012, p. 34): Em uma aula tradicional os alunos são expostos a um conteúdo em sala e podem fazer exercícios em casa, é aí que ocorre uma inversão nas coisas. Na aula invertida o aluno estuda o assunto antes da aula por meio de materiais como vídeos indicados pelo professor depois ele deve ir a aula para aplicar o que aprendeu em exercícios propostos pelo professor, as grandes vantagens e que cada aluno pode aprender no seu próprio ritmo podendo pausar ou assistir de



novo o vídeo indicado pelo professor e caso tenha dificuldade para realizar ele poderá contar com o professor e outros colegas.

No artigo áudio descrição para as pessoas com deficiência intelectual, compreendeu-se que a audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução audiovisual de natureza Intersemiótica que visa tornar acessíveis produtos e atividades culturais de comunicação e de informação a pessoas com deficiência. A AD tem como público primário as pessoas com deficiência visual, sendo que a maioria das pesquisas feitas na área voltadas para as Necessidades dessa audiência em específico. De acordo com Carneiro (2015), A audiência com DI necessita de interpretação para fazer relações entre as cenas, ou seja, para entender, por exemplo, que no curta-metragem Vida Maria, o personagem de Antônio é marido da personagem principal. Ou ainda no filme Reisado Miudim, na cena em que os meninos se dão língua e a maioria dos alunos não entende que estão brincando. Como também, no filme Águas de Romanza, no qual os participantes não associam os desenhos na parede como um sonho da menina. Apenas esses exemplos, que parecem ser óbvios, são capazes de demonstrar a necessidade de explicitação dessas informações para que o público alvo consiga entender o filme como um todo. Podemos relacionar essa necessidade de explicitação ao fato que a deficiência em si limite essa audiência. Entretanto, um roteiro mais interpretativo poderia ser mais efetivo para esse público. (p.184)

No artigo O uso dos jogos Cooperativos como Estratégia inclusão de alunos com deficiência Intelectual, O movimento de educação inclusiva tem como propósito a construção de uma escola democrática, na qual as necessidades específicas de cada aluno sejam contempladas nos planejamentos pedagógicos, e a diversidade seja reconhecida e valorizada como uma característica intrínseca de cada sujeito. As pessoas com deficiência intelectual não apresentam apenas um padrão comportamental, seus valores morais e a forma como veem o mundo são diferentes, conforme o contexto social no qual estão inseridos e os estímulos que recebem, e todos esses aspectos interferem no seu desenvolvimento e na sua forma de aprender (MENDONÇA; FLAITT, 2013).

No artigo Tangram: uma proposta para o ensino de a alunos com deficiência intelectual, a deficiência intelectual de crianças e adolescentes foi tratada de maneira bastante peculiar na escola, historicamente a tendência foi em categorizar Como deficiente intelectual os alunos que fugiam dos padrões esperados, principalmente no Que diz respeito a padrões de inteligência e desempenho acadêmico. De acordo com Veltrone (2011) a deficiência intelectual de crianças e adolescentes foi tratada de maneira bastante peculiar na escola, historicamente a



tendência foi em categorizar como deficiente intelectual os alunos que fugiam dos padrões esperados, principalmente no que diz respeito a padrões de inteligência e desempenho acadêmico.

No artigo psicopedagogia e a criança com deficiência intelectual, Ao concluir as observações foi possível constatar que esses alunos, quando submetidos a um acompanhamento psicopedagógico e multidisciplinar, além da mediação pedagógica planejada e flexibilizada, eles demonstravam interesse pelos conteúdos ministrados em sala de aula e, com isso, melhoram seu relacionamento com os colegas e professores, de tal forma que se tornavam mais independentes e estimulados a participarem das atividades propostas em sala de aula. Para Vygotsky (1996), o potencial e a capacidade das pessoas que apresentam alguma deficiência é grande, mas entende que, para estas possam desenvolver-se, precisam ser apresentadas condições materiais e instrumentais adequadas.

No artigo educação e diversidade: a inclusão da criança com deficiência intelectual, pode-se perceber que as escolas estão se adaptando e os professores estão em constante aperfeiçoamento para atender os alunos com algum tipo de deficiência. Além disso, identifica-se que o ensino aprendizado dos alunos com síndrome de Down é possível, pois eles são capazes de aprender, basta apenas adequar os métodos de ensino a especificidades dos educandos. Ainda falta muito investimento na educação para que seja alcançada uma educação de qualidade. Para Novaes (2006), a educação inclusiva baseia-se numa visão ampliada do processo de Ensino e aprendizagem, que “parte do princípio de que todos podem aprender e que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas”. (NOVAIS, 2006, p.09).

No artigo Desempenho das habilidades motoras fundamentais de crianças com deficiência intelectual, pôde-se verificar que as crianças da APAE-PG apresentaram um atraso em termos de desenvolvimento motor para a idade correspondente, uma vez que foi observada diferença significativa entre a idade cronológica e a idade motora estimada pela bateria de testes. Observou-se, também, que os meninos apresentaram um desempenho significativamente maior do que as meninas em ambos os subtestes (locomoção e controle de objetos). Segundo Gallahue et al. (2013), todo indivíduo têm necessidade natural de interagir com ambientes que proporcionem situações que estimulem suas capacidades motoras e que, quanto mais diversificadas forem essas situações, melhor se dará o desenvolvimento do Esquema corporal.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação dos aspectos analisados, foi possível observar que Em geral, a deficiência intelectual traz mais dificuldades para que a criança interprete conteúdos abstratos. Isso exige estratégias diferenciadas por parte do professor, que diversifica os modos de exposição nas aulas, relacionando os conteúdos curriculares a situações do cotidiano, e mostra exemplos concretos para ilustrar ideias mais complexas.

O melhor caminho para se trabalhar, no entanto, é identificar as competências e habilidades que a criança tem. Propor atividades paralelas com conteúdo mais simples ou diferentes, não caracteriza uma situação de inclusão. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno.

Por tanto, é de grande importância ter um sistema de ensino preparado para receber alunos com diferentes tipos de deficiência intelectual, adequando o ambiente para recebê-los e preparando profissionais que saibam atendê-los em suas especificidades e habilidades, que saibam que estes alunos, assim como qualquer outro, conseguem aprender e devem interagir com o mundo para poder se desenvolver academicamente e socialmente, isto é, se tornarem cidadãos ativos e autônomos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem; **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender**. Campinas: Fundação EDUCAR DPaschoal, 2004.

ARAÚJO, L; CASTILHO, N; GONÇALVES, L; Educação e diversidade: **A inclusão escolar da criança com deficiência intelectual**. *Humanidades*, v. 4, n. 1, fev. 2015.

ARAÚJO, D; **Revelações dos autores de teses de quatro programas de Pós-graduação em Educação sobre deficiência intelectual**. *Educação em Foco*, ano 19 – n. 29 – set/dez. 2016 – p. 13-34.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2000

BUENO, J. C. **Crianças com necessidades educacionais especiais política educacional e a formação de professores**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 3, n. 5, 1998.



DOCKRELL, Julie & MCSHANE, John. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Tradução Andrea Negreda. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GUADAGNINI, L; DUARTE, M; **Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas**. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.8, n.3, p. 437-452, Setembro a Dezembro de 2015.

LEANDRO, É; DIAS, N; **Alfabetização de alunos com deficiência intelectual a partir de metodologias ativas**. Educação, Psicologia e Interfaces, Volume 3, Dossiê Inclusão e Diversidade, p. 23-36, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MARTINEZ, L; GUTIERREZ, G; GORLA, J; **Desempenho das habilidades motoras fundamentais de crianças com deficiência**. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2014.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artemed, 2003.

PAN, Mirian Aparecida Graciano de Souza. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

RIBEIRO, R; CORREIA, P; **O uso de jogos cooperativos com estratégia pedagógica na inclusão de alunos com deficiência intelectual**. Diálogos e Perspectivas Interventivas, Serrinha – Bahia – Brasil, v.1, n.e9985, p.1-26, 2020.

ROSSETO, E.: IACONO, J. P.; ZANETTI, P. SILVA. **Pessoa com deficiência: Caracterização e formas de relacionamento - PEE (org). Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 105 – 140.

ROSA, E. E.; ANDRÉ, M, F. C. **Aspectos políticos e jurídicos da educação especial brasileira**. In: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AÇÕES RELATIVAS ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS- PEE (Org.). **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, cap. 2, p. 57-105.

SANTOS, B; **Audiodescrição para as pessoas com deficiência**. BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras ISSN: 2238-5754 – n. 17, jan/jul de 2020.

SOUSA, R; FERNANDES, A; **Tangram: Uma proposta para o ensino de porcentagem a alunos com deficiência intelectual**. Revista Baiana de Educação Matemática , v. 01, p. 01-15, e202015, jan./dez., 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UREL, R. C; CAROLINA, M; **Tecnologia e deficiência intelectual: Práticas pedagógicas para inclusão digital**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n. esp. 1, p. 706-719, out./2017.



VYGOTSKY, Lev. S. **Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Vigostky, L. Luria, A. Leontiev, A.N. 11ª. Edição. São Paulo: Ícone, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2003. (Trabalho original publicado em 1926).

YUS, Rafael - **Educação Especial Uma Educação Holística para o séc XXI,** Tradução. Daisy Vaz de Moraes - Porto Alegre, ARTIMED, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensina.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZENELATO, F; MARTINS, J; **Psicopedagogia e a criança com Deficiência Intelectual.** Revista Eletrônica Multidisciplinar , Eunápolis, BA, v.10, n.10, Junho – Novembro (2019).